



CÓDIGO DE CONDUTA - ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

2ª Edição - Set 2019

ÍNDICE

	Página
1. Nota Introdutória	2
2. Enquadramento	2
2.1. Natureza Jurídica	2
2.2. Visão, Missão e Valores	2
2.3. Natureza da Atividade	3
2.4. Estrutura, Organização e Gestão	3
3. Âmbito de Aplicação e Objeto	4
4. Princípios Gerais de Conduta	5
5. Compromissos Específicos	5

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Código de Conduta visa o estabelecimento de um conjunto de regras que deverão enquadrar o modelo comportamental e de atuação de todos os envolvidos, na relação com as partes interessadas. Desse conjunto de regras sobressaem os valores do CINFU e a legislação enquadradora de todas as atividades, valorizando igualmente a transparência de todos os procedimentos adotados e a implementar.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Natureza Jurídica

O CINFU, criado por protocolo outorgado pelo IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e pela APF (Associação Portuguesa de Fundição), é “...dotado de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e património próprio.” (Portaria n.º 443/87 de 27 de maio), sendo classificado como Associação Pública.

2.2. Visão, Missão e Valores

Visão: ser a referência nacional no domínio da formação de técnicos para a indústria de fundição e afins.

Missão: contribuir para valorização do setor de fundição e afins, através da qualificação dos seus recursos humanos e da disponibilização de conhecimento e de serviços técnicos de valor acrescentado.

Valores:

- Ética, respeito, responsabilidade e verdade nas relações com clientes, fornecedores e comunidade em geral.
- Gestão comprometida, parcimoniosa e transparente dos dinheiros públicos.
- Proatividade com a comunidade, clientes, fornecedores e colaboradores.
- Flexibilidade, iniciativa, dinamismo e espírito de equipa.
- Proatividade na procura e partilha do conhecimento.

2.3. Natureza da Atividade

O Centro tem como atividade principal a promoção da formação profissional com vista à qualificação dos recursos humanos do setor de fundição e afins, por via da formação profissional, bem como dar resposta a públicos desempregados no âmbito das políticas públicas de emprego e formação, conforme o descrito no quadro 1. Presta, ainda, serviços de apoio às empresas em áreas tecnológicas e ensaios laboratoriais.

Quadro I - Atividade

Formação Profissional	Modalidades	
De Catálogo (no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações - CNQ)	Aprendizagem	destinada a jovens, que recebem, após a conclusão com aproveitamento da formação, um Certificado de Qualificação Profissional e a Certificação Escolar do 12º ano de escolaridade
	Educação e Formação de Adultos - EFA	destinada a ativos desempregados, que recebem, após a conclusão com aproveitamento da formação, um Certificado de Qualificação Profissional e a Certificação Escolar do 9º ou do 12º ano de escolaridade
	Formação Modular	destinada a ativos, que recebem, após a conclusão com aproveitamento da formação, um Certificado de Qualificação do respetivo módulo, que concorre para a obtenção de uma qualificação profissional
	Vida Ativa	
Formação à medida	destinada a ativos, que recebem, após a conclusão da formação, um Certificado de Formação Profissional ou um Certificado de Frequência de Formação Profissional.	
Reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais		

2.4. Estrutura, Organização e Gestão

Os Órgãos Sociais do CINFU são os determinados pela Portaria n.º 443/87 de 27 de maio que prevê:

- Conselho de Administração, constituído por quatro representantes, dois do IEFP, sendo um deles o Presidente, e dois da APF;
- Comissão de Fiscalização, constituído por dois representantes, um do IEFP, como Presidente, e um da APF;
- Diretor;
- Conselho Técnico-Pedagógico, constituído por três elementos, o Diretor que preside, um representante do IEFP e um da APF

Ao CA compete exercer os poderes de administração, praticando todos os atos tendentes à realização das atribuições do Centro.

O Diretor é responsável pela gestão financeira, pela gestão corrente, pelo exercício da ação disciplinar sobre o pessoal do Centro e reporta ao Conselho de Administração. A Comissão de Fiscalização exerce o poder de verificação das contas e reporta à tutela. O Conselho Técnico-Pedagógico é um órgão consultivo. A equipa do CINFU é constituída por 20 colaboradores, conforme organigrama apresentado no anexo I, reportando ao Diretor.

O CINFU atua com base nos instrumentos de gestão legalmente previstos, como é o caso do plano de atividades e orçamento, do plano de formação suportado ou não em candidaturas a programas financiadores da formação e diretrizes emanadas da tutela e do Conselho de Administração do Centro, complementares das anteriores

3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO E OBJETO

O Código de Conduta - Ética e Transparência aplica-se a todos os Colaboradores do CINFU, incluindo nestes os Órgãos Sociais e de Direção, os trabalhadores e todos aqueles que se encontrem vinculados ao CINFU por contratos de prestação de serviços, durante a sua vigência.

O presente Código integra um conjunto de princípios orientadores da ação do Centro que têm por base:

- O respeito pelos trabalhadores;
- A garantia da proteção dos trabalhadores, com respeito pelas normas de SST, conforme o estipulado no *Regulamento Interno*;
- O respeito por todos os contratados em regime de prestação de serviços;
- A satisfação dos clientes;
- A disponibilização aos clientes das informações necessárias a uma tomada de decisão esclarecida, assegurando o cumprimento das condições acordadas e procurando exceder as expectativas relativamente à qualidade do serviço prestado, em conformidade com a declaração da *Política de Qualidade*;
- A ética no relacionamento com todas as partes interessadas;
- A transparência na gestão e na partilha de informação;
- A cidadania e a responsabilidade social;
- O desenvolvimento pessoal e profissional;
- O tratamento de todos em condições de igualdade de oportunidades, de acordo com o *Código de Conduta - Promoção do Direito à Igualdade e à Não Discriminação*;
- O combate a qualquer tipo de assédio no trabalho, em conformidade com o *Código de Conduta - Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho*;
- A preservação do meio ambiente, privilegiando o princípio da prevenção, de acordo com a *Declaração de Política Ambiental*;
- A proteção dos dados pessoais, conforme o assumido no documento *Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade*;
- O cumprimento das normas e legislação vigentes;
- O cumprimento do Código dos Contratos Públicos, no que respeita aos processos de aquisição, bem como do *Manual de Procedimentos de Gestão de Processos de Investimento*.
- A interdição de quaisquer práticas abusivas ou fraudulentas, passíveis de enquadrar ilicitude, conforme o estabelecido no *Plano de Prevenção de Riscos de Gestão*.

4. PRINCIPIOS GERAIS DE CONDUTA

Os Colaboradores deverão, no exercício das suas funções, pautar-se por um comportamento que:

1. Assegure o interesse do CINFU, agindo com ética, transparência, responsabilidade, lealdade e profissionalismo, contribuindo para a credibilidade e imagem do CINFU.
2. Cumpra escrupulosamente a legislação, normativos e outras disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade, prevenindo a fraude.
3. Evidencie imparcialidade e integridade, recusando tratamentos de favor, pagamentos ou outros benefícios que criem expectativas de favorecimento por parte de terceiros.
4. Evite situações passíveis de originar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses ou incompatibilidades em determinadas matérias da qual possam beneficiar.

5. COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

Os Colaboradores deverão, no exercício das suas funções, garantir:

1. A adoção de critérios objetivos, claros e imparciais na escolha de fornecedores ou prestadores de serviços, no rigoroso cumprimento do CCP - Código dos Contratos Públicos e demais legislação ou normativos enquadradores.
2. A não utilização, para fins pessoais, de informação recebida, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, por parte de clientes, fornecedores ou outras entidades, que possa configurar vantagem.
3. A não utilização dos recursos do CINFU em proveito próprio.
4. O respeito pelas regras e critérios de mercado, promovendo a concorrência leal.
5. O respeito pelos valores do CINFU contemplados neste Código.
6. O reporte de qualquer situação que coloque em causa a integridade e imagem do CINFU.